



Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Students' accessibility and participation with physical disabilities at Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Edja Renata Marques de Oliveira
Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo
Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente estudo analisa as condições de acessibilidade e de participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Teve como embasamento o princípio da inclusão, que afirma o direito de todos à educação. Foi realizado um estudo descritivo, sendo a coleta de informações realizada através de questionários enviados aos coordenadores dos cursos e através de entrevista em grupo focal com seis estudantes. Os dados foram analisados com base em dois temas: acessibilidade e participação do aluno com deficiência física e o envolvimento da UFRN diante o processo de inclusão. A partir dos resultados foi possível identificar que os alunos com deficiência se sentem incluídos, porém, consideram que a instituição não possui uma política inclusiva consistente e uma acessibilidade física adequada, restringindo o direito de ir e vir e, conseqüentemente sua participação nas atividades promovidas pela universidade.

Palavras-Chave: Deficiência física. Ensino superior. Inclusão educacional.

Abstract

This study examines the students' accessibility and participation conditions with physical disabilities in Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). It has had as foundation the principle of inclusion, which affirms everyone's right to education. A descriptive study was conducted, and the collection of information carried out through questionnaires sent to the coordinators of the courses, as well as a focus group interview with six students. Data were analyzed based on two issues: students' accessibility and participation with physical disabilities and the involvement of UFRN in face of the inclusion process. From the results could be identified that students with disabilities feel included, however, it has been considered that the institution does not have a consistent inclusive policy and an adequate physical accessibility approach, restricting the right of coming and going, and consequently their participation in the activities promoted by University.

Keywords: Physical disabilities. Higher education. Education inclusion.

1. Introdução

Desde a década de 90, o Brasil avança para consolidar o processo de educação inclusiva no país seguindo uma tendência mundial, após a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien (Tailândia), em 1990, e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, desenvolvida em Salamanca (Espanha), em 1994, na qual foi reafirmado o compromisso para com a Educação para Todos, visto a urgência em promover a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino (BRASIL, 1994).

É nessa perspectiva mundial que o Brasil se insere para promover o ensino inclusivo em todos os níveis de educação. No Ensino Superior, a partir do final da década de 90 e início do Século XXI observam-se importantes iniciativas para a equiparação de oportunidades tais como: o Aviso Circular nº. 277/96 que orienta as instituições de Ensino Superior (IES) quanto ao processo de acesso e permanência do “educando portador de deficiência” e recomenda ajustes operacionais no ato da inscrição e da realização das provas (BRASIL, 1996); a Portaria nº. 1679/99, que em seu Artigo 1º, determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de IES, bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas com de necessidades especiais (BRASIL, 1999); a Portaria nº. 3.284/03, que dispõe sobre a acessibilidade dos alunos com deficiência na Educação Superior e reitera, de forma ainda mais específica, as condições para que as IES sejam credenciadas mediante a construção da acessibilidade (BRASIL, 2003) e o Decreto Presidencial nº. 5296/04, denominado de Lei da Acessibilidade, regulamenta as Leis nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que regula prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2004).

Embora se observe iniciativas jurídicas que promovam o acesso das pessoas com deficiência no Ensino Superior, essas iniciativas não retratam as melhorias significativas no ingresso e permanência de estudantes nas universidades (MAZONNI, 2003). Para se ter uma idéia, o Censo da Educação Especial na Educação Superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de



alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136%. No entanto, isso representa uma parcela mínima de estudantes com deficiência no Ensino Superior diante da quantidade de estudantes sem deficiência que ingressam nas universidades em nosso país.

Segundo Sasaki (2001), as pessoas com deficiência que buscam uma vaga no Ensino Superior enfrentam diversos desafios, desde realização das provas do vestibular, a condições de barreiras atitudinais e arquitetônicas dentro das instituições. Para Pereira,

Não é admissível que os alunos com deficiências tenham que enfrentar cotidianamente os obstáculos usualmente vivenciados nos espaços das universidades, bem como as burocracias inconvenientemente estabelecidas, interferindo muitas vezes no processo de inclusão desse aluno. (PEREIRA, 2006, p. 3).

Mazzoni (2003) complementa que é necessário observar as condições de participação das pessoas com deficiência nas atividades de seu grupo social, nas quais são resultantes das políticas e práticas sociais determinadas, podendo também interferir na inclusão.

Neste trabalho, adotamos o conceito de participação defendido por Bordenave (1994, p. 23) o qual a conceitua como “[...] a intervenção ativa na construção de uma sociedade, e é realizado através de tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis não considerando o quanto se toma parte, mas como se toma parte”.

Referindo-se as preocupações dos autores, com as questões relativas às dificuldades encontradas pelos estudantes com deficiência nas universidades, esse trabalho visa conhecer a realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir da visão dos estudantes com deficiência física que estudam na instituição. Isto posto, por acreditar que esses alunos se constituem nas pessoas mais indicadas a falar da inclusão na universidade, entendendo-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (PACHECO e COSTAS, 2006).

Com isso, a pesquisa teve como objetivos: verificar como os estudantes com deficiência física percebem a condição de acessibilidade e participação

na universidade e o envolvimento dessa instituição frente à questão do acesso e permanência desse alunado em seu espaço universitário.

2. Método

2.1 Participantes

Dos 14 (quatorze) estudantes mapeados com deficiência física na UFRN, foram selecionados apenas 6 (seis) que utilizavam recursos de auxílio à mobilidade, considerando que eles poderiam expressar a real dificuldade quanto à acessibilidade e participação no âmbito da UFRN. Quanto às características do grupo, 3 (três) eram do sexo masculino e 3 (três) do sexo feminino, cuja idade variou entre 20 a 48 anos. Desse universo, 5 (cinco) estavam matriculados nos cursos de graduação (três no início do curso e dois finalizando o curso) e apenas 1 (um) na pós-graduação (no meio do mestrado). Quanto ao tipo de auxílio à mobilidade 2 (dois) utilizavam cadeira de rodas (sendo uma motorizada), 3 (três) faziam uso de muletas (dois do tipo axilar e uma do tipo canadense) e um utilizava auxílio por meio de apoio humano. Visando uma melhor sistematização e visualização dos dados referentes aos participantes estes são apresentados no Quadro 1 a seguir.

2.2 Técnicas/Instrumentos

A coleta de dados recorreu a duas técnicas: questionários enviados aos coordenadores dos cursos da graduação e pós-graduação e entrevista em grupo focal com os estudantes com deficiência física selecionados.

O questionário entregue aos coordenadores de curso de graduação e pós-graduação contemplou perguntas abertas, tendo como objetivo fazer um levantamento e caracterização acerca do perfil, necessidades educacionais e dos meios de acessibilidade dos estudantes com deficiência física no âmbito da UFRN.

Por sua vez, a técnica de entrevista em grupo focal permitiu o contato direto com os estudantes, em atendimento ao enfoque pretendido. Como instrumento foi elaborado um roteiro com 12 itens definidos com a finalidade



Participantes	Sexo	Idade	Tipo de auxílio à mobilidade	Nível	Momento do curso
P1	Masculino	21 anos	Cadeira de rodas motorizada	Graduação	Finalizando 10º período
P2	Masculino	48 anos	Muletas axilares	Graduação	Finalizando 10º período
P3	Feminino	29 anos	Apoio humano	Graduação	Início 3º período
P4	Feminino	20 anos	Cadeira de rodas	Graduação	Início 3º período
P5	Masculino	20 anos	Muletas canadenses	Graduação	Início 3º período
P6	Feminino	26 anos	Muletas axilares	Pós-Graduação Mestrado	Meio 2º Semestre

Quadro 1 – Características dos estudantes com deficiência física da UFRN, matriculados no ano de 2008

de captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos e percepções dos estudantes com relação ao processo de inclusão universitária, enfatizando aspectos relativos à acessibilidade, participação dos estudantes e o envolvimento da instituição nesse processo.

De acordo com Gatti,

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, suas práticas cotidianas, ações e reações a fato e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. (GATTI, 2005, p. 11).

2.3 Procedimentos

Inicialmente o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo recebido parecer favorável por meio do CAE: 0156.0.051.000-07.

Em seguida a aprovação do comitê de ética, a construção dos dados foi realizada em duas etapas, no período de novembro de 2007 a maio de 2008. Na primeira etapa foi realizado o envio dos questionários aos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, cujas informações coletadas permitiram identificar os alunos com deficiência física. Posteriormente, na segunda etapa, foram realizadas duas entrevistas em grupo focal, em dias distintos, devido a problemas de saúde de dois participantes, sendo o primeiro grupo formado por quatro estudantes e o segundo por dois estudantes.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia e foram realizadas em uma sala de aula do Centro de Ciências Sociais Aplicada da UFRN previamente marcada pelo coordenador da pesquisa. As discussões nos grupos focais foram conduzidas e facilitadas pela pesquisadora após explicar aos estudantes o objetivo do estudo e solicitar a permissão para a gravação das entrevistas.

As informações dos grupos focais foram transcritas na íntegra levando-se em consideração os seguintes critérios: 1) as pausas curtas foram indicadas por vírgulas; 2) as pausas longas com reticências; 3) sinais de pontuação para entoações: ponto de exclamação, de interrogação, ponto final; 4) aspas em relatos de caso; 5) supressões de falas foram indicadas com colchetes e reticências [...]. (MONTEIRO e MANZINI, 2008).

Uma vez transcritas as falas, estas foram organizadas com vistas à análise e tratamento das informações.

2.4 Tratamento das Informações

O tratamento das informações foi realizado utilizando a análise de conteúdo (BARDIN, 2000) apoiado pela técnica de análise temática.

Para Bardin (2000), a análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos



se pretende causar por meio delas). Segundo a autora a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência. Para Minayo (2000) a grande importância da análise de conteúdo consiste, justamente, em sua tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que encaminham para interpretações mais definitivas, sem, contudo, se afastar das exigências atribuídas a um trabalho científico.

Análise temática ou categorial compreende o tipo de técnica mais utilizado pela análise de conteúdo. Consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), segundo reagrupamentos analógicos (MINAYO, 2000). Essas operações visam descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis, e não com sua dinâmica e organização.

O desenvolvimento do tratamento dos dados foi realizado em duas etapas. Primeiramente as informações foram lidas repetidamente como sugere Bardim (2000) e posteriormente, baseado nas proposições foram organizadas em dois eixos temáticos para a apresentação dos resultados e discussão.

Para ilustrar os diversos argumentos utilizados nos próximos itens desse artigo, serão utilizados extratos do discurso dos participantes, os quais foram identificados pelos nomes fictícios: Paulo (participante 1); Pedro (participante 2); Luzia (participante 3); Maria (participante 4); José (Participante 5) e Fátima (participante 6).

3. Resultados e discussão

3.1 Acessibilidade e participação do aluno com deficiência física na UFRN

Inicialmente, os estudantes ao falarem sobre acessibilidade deram ênfase à acessibilidade física, influenciado pela própria condição de mobilidade reduzida.



[...] acessibilidade é ter acesso, ou seja, é você ter condições de trânsito livre em todos os espaços, sem barreiras, sem impedimentos, essas coisas. (JOSÉ, 2008).

Eu acho que é mais pelo lado que ele tá dizendo, é ter liberdade de ir e vir. (FÁTIMA, 2008).

Esse conceito inicialmente presente nas falas dos estudantes está em concordância com o conceito de acessibilidade física ou arquitetônica, o qual enfatiza a eliminação de barreiras físicas que se constituem em obstáculos frente à utilização do ambiente. (QUALHARINI; ANJOS, 1997).

Porém, para que se possa compreender as barreiras da acessibilidade faz-se necessário entendê-la para além das barreiras arquitetônicas. Segundo Loch (2000), as barreiras da acessibilidade podem ser divididas em: arquitetônicas e urbanísticas (físicas); nos transportes; na comunicação, nas informações e nas atitudes.

Apesar dar ênfase no primeiro momento à acessibilidade física, os estudantes conseguiram perceber a acessibilidade no sentido mais amplo quando expressaram:

Quantas pessoas com deficiência não saem de casa, porque não tem o acesso a informação, tantas pessoas prejudicadas em casa, porque elas não sabem que podem ter um acesso universitário. (PAULO, 2008).

[...] é ter liberdade de ir e vir, de ter informações, eu acho que é uma coisa, como é que eu digo... a acessibilidade é você conseguir chegar e que cheguem também a você. (FÁTIMA, 2008).

Essa percepção de acessibilidade vem comprovar o que Sasaki afirma: "A acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico." (SASSAKI, 2004, p. 1). Nesse sentido, o autor aponta seis modalidades de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Com relação à acessibilidade atitudinal os estudantes apontaram não encontrar dificuldades no ambiente da universidade, pois entendem que esse tipo de acessibilidade está relacionado não com o preconceito das pessoas,



mas sim com a falta de informação que elas tem de como lidar com as pessoas com deficiência e com relação a própria vontade das pessoas com deficiência em querer ser incluídas, como é expressado:

Às vezes as pessoas não se aproximam, não é nem por questão de preconceito, é da questão de não saber como lidar. (PAULO, 2008).

Depende da pessoa com deficiência, querer se isolar, ou querer se incluir. (MARIA, 2008).

Ao final da discussão sobre o entendimento a respeito do conceito de acessibilidade, os estudantes lembraram a questão da acessibilidade nos transportes, referindo que no ambiente da UFRN não existe nenhuma adaptação nos ônibus ou no acesso as paradas para pessoas com deficiência. Um ponto que foi lembrado pelos estudantes foi à questão da gratuidade ao transporte para pessoas com deficiência, sendo todos a favor, sendo este um dos direitos garantido por lei, no entanto, destacaram que para muitas pessoas esse direito não garante o acesso pleno, por causa da ausência de adaptações no sistema de transporte (estações de embarque/desembarque, veículo).

Eu acho inútil, porque a gente não consegue pegar o ônibus. Agora no nosso caso que a gente tem mãe e pai para vim pegar, mas realmente quem precisa dá um jeito de usar, para mim seria inútil, mas para quem realmente precisa seria uma boa. (FÁTIMA, 2008).

Além da garantia de direitos como a gratuidade, é preciso que se observe a qualidade do serviço oferecido. Assim, a Lei federal 8.899 de junho de 1994, estabelece passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, como um meio para promover a inclusão social, porém esse direito, muitas vezes é dificultado para ser efetivado, devido à excessiva burocracia para solicitação da carteira de gratuidade. (OLIVEIRA, 2004).

Também é importante que se compreenda que acessibilidade ao transporte vai além da adaptação do veículo, pois envolve investimentos e adaptações no entorno das instituições educacionais, no acesso aos pontos de parada, nos terminais. Segundo os dados da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora Deficiência (CORDE), até o ano de 2010

deverão ocorrer, no Brasil, adaptação de 150 terminais de integração de transportes urbanos, 101 estações metroferroviárias, os entornos e as ligações a pontos de parada de 6.500 escolas. Essas ações estão ocorrendo sob orientação do Ministério das Cidades e ocorrerão inicialmente nos municípios com mais de 60 mil habitantes.

Tais iniciativas atendem às indicações da Associação Brasileira de normas e técnica (ABNT), que conceitua acessibilidade como a “[...] possibilidade e a condição de utilizar, com segurança e autonomia, os edifícios, o espaço, o mobiliário e os equipamentos urbanos.” (ABNT, 2004, p. 60).

Duarte e Cohen (2003) enfatizam a importância do espaço construído não ser um conjunto de medidas que favoreçam apenas as pessoas com deficiência, pois essa atitude poderia aumentar a exclusão espacial e a segregação destes grupos, mas sim, medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial.

Assim, entendendo que a acessibilidade interfere no processo de formação acadêmica das pessoas com deficiência, o governo brasileiro vem desenvolvendo ações que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência física nas universidades. Um exemplo desse envolvimento foi a criação do decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, em caso de não cumprimento da lei em seu artigo 3º são previstas sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis. Existe também a preocupação em fornecer condições de igualdade para o ingresso desses estudantes, exigindo que as instituições de ensino superior ofereçam adaptação das provas seletivas do vestibular, como prova em braile, ampliação do tempo de realização de provas, condições de acesso e mobiliário adequados.

Apesar de compreender que para se efetivar o processo de inclusão de pessoas com deficiência na universidade, seja necessária a adequação de todas as modalidades da acessibilidade, nessa pesquisa foi priorizada a questão da acessibilidade física, pelo fato dos estudantes abordarem como o principal fator para uma permanência universitária com qualidade e por estar de acordo com o estudo de Santos (2004), o qual afirma que as barreiras físicas, são as que mais prejudicam o cotidiano das pessoas com deficiência. Sendo assim os estudantes foram questionados a relatarem os locais mais acessíveis dentro da universidade.



Inicialmente todos os estudantes apresentaram dificuldades em sinalizar tais locais, após alguns minutos eles situaram que o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e o Centro de Ciências Sociais aplicadas (CCSA) são os mais acessíveis. Mesmo assim, todos relataram problemas com relação à acessibilidade nesses locais. É importante ressaltar nesse item que os alunos que utilizavam cadeiras de rodas tiveram maiores dificuldades em apontar esses locais, pois para os estudantes que usavam muletas ou outros dispositivos de auxílio a mobilidade, algumas barreiras arquitetônicas não são tão decisivas como são para os cadeirantes. Como afirma alguns estudantes:

No CCHLA, tem uns corredores com degraus, mas considero acessível, uma ou outra barreira, apesar de que poderia ser mais acessível. (JOSÉ, 2008).

Tudo poderia ser mais adaptado. Eu vou mais ao CCSA e CCHLA. Nesses dois setores a gente vê que tem muita rampa, mas em alguns momentos a gente tem que ir para uma sala que não tem uma rampa, que tem um batente numa porta, eu sei que consigo subir, mas tem gente que não consegue né, porque até são degraus bem altos, que inclusive as vezes até eu preciso de ajuda, mas tento subir só. É uma ou outra sala assim nesses setores. (FATIMA, 2008).

73

A visão desses acadêmicos a respeito dos locais mais acessíveis ficou restrita aos setores de aula que eles estudavam, mostrando no geral que eles freqüentavam ou participavam pouco das atividades oferecidas fora dos seus departamentos. Essa realidade pode ser observada quando José (2008) em sua fala situa “eu transito pouco, os locais que freqüento são CCHLA e a biblioteca”.

Percebendo que os locais que os acadêmicos se referiram não eram de uso comum a todos os participantes, eles foram questionados a respeito da acessibilidade física do Restaurante Universitário e do Centro de Convivência, para saber se a ausência desses locais em seus relatos ocorreu por não acharem acessíveis ou por não freqüentarem esses ambientes.

Com relação ao restaurante universitário os estudantes participantes da pesquisa nunca freqüentaram, por considerar distante dos setores de aula, não tendo assim, condições de acesso.



Eu até precisaria, pois tem dias que eu passo de manhã e de tarde, mas eu nunca fui por causa do acesso. (LUZIA, 2008).

Eu acho que a gente não vai pela questão do acesso. (MARIA, 2008).

No que diz respeito ao Centro de Convivência eles relataram frequentar apenas quando é extremamente necessário, também se referindo às dificuldades de acesso.

[...] não, vez ou outra eu vou, porque tem um show ou coisa assim, mas para ir mesmo nunca fui assim, é longe para eu ir. (JOSÉ, 2008).

Eu vou quando preciso resolver alguma coisa ou quando vou à cooperativa, vou andando com as minhas perninhas, embora que quando chegue lá, chegue cansada aí as vezes deixo de ir e digo quando mamãe passar aqui eu aproveito e vou com ela de carro. (FÁTIMA, 2008).

74 Após conhecer a visão dos estudantes com relação aos locais mais acessíveis, eles foram questionados a respeito dos ambientes menos acessíveis. Nesse aspecto todos os estudantes responderam que a Biblioteca Central Zila Mamede e a Reitoria não têm as mínimas condições de acesso às pessoas com deficiência física, pois não apresentam rampas ou elevadores que permitam o livre acesso aos diversos pavimentos. Não existem adaptações nos banheiros. Os bebedouros, telefones públicos e as estantes de livros nas bibliotecas estão em alturas que para alguns estudantes em cadeiras de rodas não permite o acesso, apesar de já existir algumas estantes próprias para cadeirantes apenas no térreo, na Biblioteca Central Zila Mamede, como é expresso a seguir pelos alunos:

O menos acessível seria a reitoria e a biblioteca. (PAULO; PEDRO; LUZIA, 2008).

A reitoria, eu digo aí não, eu não quero ir para reitoria. Na Reitoria é complicado, na biblioteca também. (FÁTIMA, 2008).

Vale salientar que a realidade retratada pelos estudantes em relação Biblioteca Central Zila Mamede vem sendo modificada a partir da colocação



de uma plataforma vertical que se encontra em processo de finalização, bem como as adaptações dos banheiros, modificações que procuram garantir o estabelecido na Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e nos Decretos Presidenciais nº 5.296 de 2004 e o de nº 5.626 de 2005. Por sua vez o Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853, afirma:

As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (DECRETO Nº 3.298 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, p. 1).

Segundo Mazzoni (2001) a acessibilidade nas bibliotecas universitárias é importante para o processo de inclusão, pois são espaços de produção e disseminação do conhecimento. De maneira geral “[...] as universidades configuram-se como um espaço de construção e trocas de conhecimento além de convívio social.” (CASTANHO e FREITAS, 2005, p. 2). Logo, é essencial para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Desse modo, cabe a sociedade eliminar todas as barreiras físicas, pragmáticas e de atitudes para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos lugares, serviços e a bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional com autonomia e independência. (VERISSIMO, 2001). Sendo assim, após observar questões relativas a acessibilidade física, os estudantes foram abordados sobre pontos referentes a participação na universidade, buscando-se entender como está ocorrendo a inclusão desses estudantes no contexto da UFRN.

Inicialmente foi solicitado aos estudantes o entendimento em torno do conceito de participação. Percebemos que eles tiveram dificuldade em abordar esse conceito, porém concordaram de uma maneira geral que participação significa poder interferir nas tomadas de decisões, serem ativo nas atividades, enfim, é ter cidadania. Como pode ser observado:

[...] a participação no âmbito da universidade é a pessoa interagir e está integrada nas aulas, nas atividades, nos congressos, nas



festas, com os colegas, em todos os momentos mostrando sempre suas próprias opiniões. (JOSÉ, 2008).

[...] é você poder exercer sua cidadania, é poder participar nas tomadas de decisão, seja você deficiente ou não. É você ser consultado quando forem fazer uma obra de adaptação. (PAULO, 2008).

Compreendendo o conceito de cidadania como a oportunidade de ter o direito a vida, a liberdade, a propriedade e a igualdade perante a lei, é importante observar aspectos relacionados a participação na sociedade, como o direito à educação, ao trabalho, à saúde e ao lazer. (PINSKY; PINSKY, 2003).

Sendo assim ser cidadão, não é apenas ter direitos garantidos por leis, mas é importante que esses direitos sejam retratados em ações que favorecem e beneficie a participação com autonomia e independência de todos, independente de suas condições pessoais.

Segundo a Organização Mundial de Saúde participação é "o envolvimento individual em uma situação da vida e representa a perspectiva social da funcionalidade". (OMS, 2003, p.187). Para Bordenave, participação é: "O caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas." (BORDENAVE, 1994, p. 16).

Os estudantes também foram solicitados a falar sobre o que seria participação no âmbito da universidade. E todos os estudantes tiveram facilidade de expressar o entendimento acerca dessa questão, como pode ser observado nas falas destes:

É ser cidadão dentro na universidade, é você ser consultado quando forem fazer uma obra de adaptação, é você mostrar suas idéias. (PAULO, 2008).

Eu acho que dentro da sala de aula é você ter integração com seus colegas, professores, é participar, é mostrar suas idéias, mas eu acho que existe outras situações na universidade, por exemplo, os congressos que tem, que são propostas que os alunos devem participar, pois a gente tem essa oportunidade de participação. (FÁTIMA, 2008).



Na universidade é você se interar das aulas, interagir nas atividades, enfim, interagir com os colegas. (JOSÉ, 2008).

É oportuno ressaltar que, os estudantes relataram dentro do conceito de participação a idéia de ser consultado e de ter espaço para mostrar suas idéias. Isto esta de acordo com a Declaração de Cuenca (1981), a qual enfatiza que para as pessoas com deficiência terem participação é necessário estarem inseridas nos processos de tomadas de decisões ao seu respeito, prática que na realidade não ocorre, pois muitas vezes é negado esse direito as pessoas com deficiência. (UNESCO, 1981).

Ao ser observado o entendimento dos estudantes sobre a participação dentro da universidade, eles foram estimulados a falar sobre como eles participavam, nos diversos espaços da universidade. Evidenciou-se que os estudantes, participavam de algumas atividades como congressos, bases de pesquisa e eventos, porém eles afirmaram encontrar limitações para realizar algumas atividades devido a dificuldades pessoais e dificuldades impostas pela UFRN.

As dificuldades pessoais são as relativas a falta de tempo e a falta de interesse próprio como relataram os estudantes.

No meu caso não é pela política, mas sim por falta de tempo mesmo. (MARIA, 2008).

Eu as vezes esqueço, eu acho que é falta de interesse. (JOSÉ, 2008).

Para outros estudantes as dificuldades são referentes a problemas associados a própria universidade, como por exemplo, as barreiras arquitetônicas, a distância entre os setores, a falta de transporte adaptado no campus. Essa realidade pode ser evidenciada nas falas dos estudantes.

[...] se a gente está CCHLA e tem um evento no Departamento de Artes é muito longe para a gente ir. Para a gente que é cadeirante, para ir de um setor para outro muitas vezes a gente compete com os carros, pois não tem uma calçada própria, e se você quiser passar de uma calçada para outra não tem rampa. (MARIA, 2008).

Eu tive, problemas, por exemplo, perdi muitas disciplinas complementares, porque quando me matriculava não era dito que não era



no meu setor. Mesmo, no intervalo de uma aula para outra, você não consegue em 15 minutos chegar, eu ainda tentei, mas, faltou fôlego. (PEDRO, 2008).

Eu acho que as limitações físicas dificultam a participação, pois todos os ambientes que são propostos pela universidade, são ambientes que a gente tem e deseja participar. (FÁTIMA, 2008).

Nesse sentido, percebe-se com clareza a interferência que assume a acessibilidade física quando esta não se faz presente no cotidiano social das pessoas, particularmente daqueles com deficiência física e usuárias de recursos de auxílio a mobilidade. Isso comprova o que Mazzoni afirma, quando destaca que:

Os níveis de participação são interferidos pelas características do ambiente. Ambientes favoráveis permitem que a pessoa desenvolva mais atividades, e de forma melhor, ao passo que ambientes com barreiras ocasionam restrição à participação, e, a impossibilidade do desenvolvimento de muitas atividades. (MAZZONI, 2003, p. 19).

78

Cabe enfatizar, que a privação do direito de ir e vir, por falta de acessibilidade na maior parte dos espaços físicos da UFRN, resulta numa menor participação dos estudantes com deficiência física, particularmente, daqueles que fazem uso de auxílios a mobilidade. Oliveira (2003) em seu estudo sobre essa questão em outro contexto universitário explica que:

Por falta de acessibilidade, as pessoas com comprometimento físico são impedidas de ir ao shopping, ao cinema, ao clube ao teatro, ao mercado, à escola, à igreja, às feiras livres, assistir futebol e fazer compras que são atividades relacionadas com o lazer e a sobrevivência de cada um. Isso em virtude dos espaços não serem adequados às suas necessidades. Assim, estão privadas da vida social com autonomia e independência, devido a uma circunstância imposta pela sociedade. O impacto da falta de acessibilidade discrimina e segrega as pessoas com deficiência, ou seja, não lhes possibilita igualdade de oportunidade para uma vida de qualidade. (OLIVEIRA, 2003, p. 5).

Naddeo, Oliveira e Garcia (2000) observaram em sua pesquisa que após a criação do centro de apoio as pessoas com deficiência, que tinha



estratégias voltadas para a acessibilidade, os estudantes passaram a participar ativamente da vida acadêmica com autonomia, independência e suas interações melhoraram. Conseqüentemente, estes estudantes tornaram-se mais satisfeitos, confiantes em sua capacidade e a auto-estima mudou.

Entendendo-se como participação um ponto no processo de inclusão, Amaral (1989) afirma que a inclusão se manifesta através da acessibilidade. Para Lopes e Faro (2006) romper as barreiras físicas que impedem o trânsito livre das pessoas com deficiência compreende garantir a acessibilidade física a todos no campus da universidade.

3.2 Envolvimento da UFRN diante da inclusão do aluno com deficiência física

No decorrer da pesquisa procurou-se conhecer a opinião dos acadêmicos com relação às questões de acessibilidade e participação, porém entende-se que é necessário conhecer como os estudantes percebem o envolvimento da instituição com o processo de inclusão, pois o envolvimento desta é fundamental para que o direito a educação com qualidade seja exercido. Sendo assim os acadêmicos foram questionados a respeito das expectativas que eles tinham com relação à UFRN antes do ingresso na instituição.

Todos os estudantes declararam achar que encontrariam mais dificuldades dentro da universidade do que nos anos de Ensino Médio, pois não teriam os amigos que estavam acostumados a ajudá-los e porque o espaço da universidade é mais amplo, como expressam:

Eu achava que ia ser muito difícil, pois não ia ter meus amigos para me ajudar como eles me ajudavam na escola o tempo todo. (FÁTIMA, 2008).

Eu imaginava que ia ser um pouco mais difícil, mas no geral, não é muito diferente, as dificuldades que a gente encontra aqui não é em termos de estudos, disciplinas, matérias, mas de barreiras mesmo, [...] na escola era um pouco melhor, até por que o espaço era mais restrito, mas eu já esperava. (MARIA, 2008).

Segundo os estudantes pesquisados, o ambiente físico mais amplo e a presença de barreiras arquitetônicas, corresponderam a expectativa que tinham inicialmente. No entanto, para Fátima (2008), apesar de encontrar

maiores dificuldades com relação ao acesso na universidade, ela coloca que isso “foi um aprendizado bom, a gente se sente solta, a gente fica mais independente né”.

Importante observar que apesar das expectativas corresponderem a idéia que tinham da UFRN, os estudantes conseguem perceber mudanças no interior da instituição, apesar de relatarem que essas mudanças são muito lentas em decorrência da burocracia e da ausência de uma política de inclusão.

Eu acho que estão tendo mudanças, mas muito aquém do que deveria ser. (MARIA, 2008).

As coisas não existem também pela burocracia. (PEDRO, 2008).

Em um estudo específico, Valdés (2005) analisaram 22 instituições de nível superior, encontrando que 41% delas têm em sua estruturação acadêmica, setores específicos para atuarem junto às pessoas com deficiência. Esses organismos estão constituídos em núcleos especializados, laboratórios e grupos de estudos que desenvolvem projetos de pesquisa e/ou extensão, programas de políticas de educação inclusiva/ especial e apoio às pessoas com deficiência, formação de profissionais na área. E, ainda 23% das instituições ressaltaram o funcionamento de programas, porém não esclareceram a existência de setores específicos e 36% responderam negativamente ou não responderam o questionário.

Os resultados da presente pesquisa corroboram com um estudo realizado na UFRN por Fortes (2005) com relação ao envolvimento da instituição e as mudanças ocorridas, baseado nos relatos de estudantes com deficiência visual. Segundo essa pesquisa a instituição tem se esforçado para incluir os alunos, porém ainda carece em atender algumas necessidades que são essenciais para promover e facilitar o acesso aos conteúdos e disciplinas. Nesse estudo ainda ressalta-se a questão da universidade ser um órgão público, que como a maioria das instituições públicas enfrenta dificuldades financeiras em várias áreas, que muitas vezes repercute na aprendizagem dos alunos.

Os estudantes – sujeitos desta pesquisa – complementaram que para que o processo de inclusão ocorra na UFRN e seja garantido o direito ao acesso e permanência dos estudantes com deficiência na instituição é necessário que ocorra encontros onde se discuta assuntos relacionados a essa temática



e que ocorra divulgação desses eventos, pois às vezes as informações ficam concentradas em determinados departamentos da instituição.

É preciso encontros como esse que alertem aos responsáveis pela universidade para saber como lidar com o deficiente em si. (PEDRO, 2008).

[...] uma maior divulgação nas atividades desenvolvidas em prol da inclusão universitária [...]. (FÁTIMA, 2008).

Além desses aspectos, os estudantes lembraram a importância do engajamento de diversos profissionais para a formação de uma política inclusiva, pois entendem que o conhecimento específico de cada profissional possa ser agregado para alcançar melhores resultados.

Eu acho interessante a interdisciplinaridade, é importante os fisioterapeutas conheçam mais e mais, é muito válido, isso enriquece muito mais. (LUZIA, 2008).

Eu acho que todo mundo pode contribuir no processo de inclusão, e vocês (fisioterapeutas) que conhece. (FÁTIMA, 2008).

Desse modo, depreende-se que a atuação de uma equipe multiprofissional que inclua profissionais das mais diversas áreas (humanas, saúde, tecnológica), é de fundamental importância para efetivar com sucesso a inclusão educacional de pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino, inclusive no Ensino Superior.

Nesse contexto, o fisioterapeuta, assume um importante papel nessa equipe, podendo contribuir com a busca de soluções, propondo mudanças e inovações para favorecer um melhor aprendizado para o estudante com deficiência física, sugerindo adaptações de materiais escolares, mobiliários, recursos e equipamentos que promovam uma melhor postura corporal e auxílio à locomoção. (COSTA e OLIVEIRA, 2006). Além disso, pode contribuir como educador ambiental no que diz respeito a identificação de barreiras arquitetônicas e promoção do espaço acessível em defesa da igualdade de oportunidades pelo direito de ir e vir de qualquer cidadão, independente da presença da condição da deficiência, nos diferentes setores da sociedade, particularmente no setor educacional.

4. Conclusão

De uma maneira geral, os estudantes com deficiência física da UFRN têm uma mesma visão e vivem praticamente a mesma realidade com relação ao processo de inclusão, salvo as diferenças pessoais e relacionadas a questões específicas dos cursos. Os acadêmicos na sua maioria se sentem incluídos na instituição e apesar de perceberem mudanças favoráveis, entendem que essas mudanças poderiam ocorrer de uma maneira mais intensiva, atribuindo a essa realidade a ausência de uma política de inclusão.

Na pesquisa ficou evidenciado que o Campus Central da UFRN (Natal) de modo geral não é acessível, limitando o acesso das pessoas com deficiência física em diversos locais. Apesar de se considerarem participativos nas atividades acadêmicas dentro dos setores, os alunos concluíram que se a universidade fosse mais acessível teriam uma participação mais ativa e menos restrita aos setores de aulas, pois teriam o direito de acesso garantido a todos seus ambientes físicos. Destacaram ainda a presença de fóruns de discussão sobre questões relacionadas à pessoa com deficiência; da divulgação das atividades que são desenvolvidas em seu contexto relacionadas à educação inclusiva, da interdisciplinaridade e o desenvolvimento de uma política de inclusão para uma melhor promoção do acesso e permanência do aluno com deficiência na universidade em discussão.

82

Referências

AMARAL, Ligia Assumpção. Deficiência física e integração social. **Revista Integração**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 36-38, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p.60, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



_____. **Aviso Circular 277, de 08 de maio de 1996.** Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>> Acesso em: 12 maio 2008.

_____. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Ministério da Justiça/Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: (CORDE), 1994.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>> Acesso em: 10 maio 2008.

_____. **Decreto de nº 5.626 de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm> Acesso em: 10 maio 2008.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 10 maio 2008.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 12 maio 2008.

_____. **Lei nº 8.889, de 29 de junho de 1994.** Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm>. Acesso em: 10 maio 2008.

_____. **Portaria nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 dez. 1999a., Seção 1. n.231-E, p.20-21.

_____. **Portaria nº 3.284/2003, de 07 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de

autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=1015. Acesso em: 10 maio 2008.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, 2005.

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DEFICIÊNCIA (CORDE). **Direitos de cidadania pessoas com deficiência**. Disponível em: www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Direitos_de_cidadania.doc. Acesso em: 01 maio 2008.

COSTA, Janaína Cardoso; OLIVEIRA, Sheila Gemelli de. Os principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de rede pública estadual da cidade de Passo Fundo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 93-100, 2006.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. O ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida para todos. **Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto**. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003.

84 FÁTIMA. **Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2008. (Entrevista verbal realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. 2005. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GATTI, Bernardete. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber, 2005.

JOSÉ. **Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2008. (Entrevista verbal realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lucia Duarte do Valle. **Acessibilidade na arquitetura de terminais de passageiros no aeroporto Hercílio Luz: estudo de caso**. 2000. 321 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.



LOPES, Marisa Junior; FARO, Ana Cristina Mancussi e. Deficiências e educação inclusiva. **Revista O Mundo da Saúde**, Centro Universitário São Camilo, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-7, 2006.

LUZIA. **Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2008. (Entrevista verbal realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

MARIA. **Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2008. (Entrevista verbal realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

MAZZONI, Albert Angel. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p.29-34, maio/ago. 2001.

MAZZONI, Albert Angel. **Deficiência x participação: um desafio para as universidades**. 2003. 245 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTEIRO, Ana Paula Húgaro; MANZINI, Eduardo José. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p. 35-52, jan./abr. 2008.

NADDEO, Sérgio Augusto Soares de Oliveira; GARCIA, Nely; MACHADO, Edileine Vieira. **Centro de apoio acadêmico aos deficientes Universidade Cidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.enscer.com.br/pesquisas/artigos/libras/libras.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2008.

OLIVEIRA, Elaine Teresa Gomes de. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. 2003. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

OLIVEIRA, Luciene da Silva; NOGUEIRA, Cleonice Lopes; NEVES, Márcia Emilia Rodrigues. Assistência e inclusão social das pessoas portadoras de deficiência: a complexidade da questão. Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra (Portugal). 2004. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab/2004>. Acesso em: 01 maio 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde classificação detalhada com definições todas as categorias com as suas definições inclusões e exclusões**. 2003. p. 187.

PACHECO, Renata Vaz; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a12.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

PAULO. **Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2008. (Entrevista verbal realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

PEDRO. **Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2008. (Entrevista verbal realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

PEREIRA, Marilú Mourão. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior. **UNirevista**, São Leopoldo (RS), v. 1, n. 2, p. 1-6, 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

QUALHARINI, Eduardo Linhares; ANJOS, Flávio Correa. **O projeto sem barreiras**. 1ª ed. Niterói/Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. (v. 1).

SANTOS, Lisana Katia Schmitz. **Diretrizes de design e arquitetura para a habitação de interesse social ao cadeirante**. 2004. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Construção Civil da Universidade Federal Paraná, Curitiba, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/mypublish3/VisualizarPublicacao.asp?CodigoDaPublicacao=145&visualizar=1&CodigoDoTemplate=1>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

UNESCO. **Declaração de Cuenca**. Disponível em: <<http://www13.unopar.br/unopar/publicacao/manchete.action?m=354>>. Acesso em: 01 maio 2008.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno. **A integração das pessoas com deficiência na educação superior no Brasil**. 1. ed. Caracas: IESALC/UNESCO, 2005. (v. 1).

VERISSIMO, Hildemar. Inclusão: a educação da pessoa com necessidades educacionais especiais – velhos e novos paradigmas. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 6-10, 2001.



Fisioterapeuta Edja Renata Marques de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN
Integrante da Base de Pesquisa sobre Educação
de Pessoas com Necessidades Especiais
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico | CNPQ
E-mail | edjamarques@gmail.com

Prof. Dr. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN
Grupo de Pesquisa: Base de Pesquisa sobre
Educação de Pessoas com Necessidades Especiais e Base
de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Fisioterapia
E-mail | ricardolins@ufrnet.br

Profa. Dra. Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN
Grupo de Pesquisa Inter-Ações Pessoa-Ambiente | IAPA
E-mail | gleiceae@gmail.com

87

Recebido 29 set. 2008
Aceito 16 dez. 2009